
**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE
ARARAS DO ANO DE 2024**

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE ARARAS DO ANO DE 2024.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), foi realizada a 5ª reunião ordinária com início às 14h30 na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, localizada na Rua Emílio Ferreira, 70, centro – Araras/SP. Conduzida pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, Sr. Rodolfo Bergamin, que agradeceu a presença de todos e na forma regimental iniciou, informando sobre a ausência da reunião que deveria ter ocorrido no final de setembro, mas que por motivos particulares não conseguiu e, após definiu que a próxima reunião, já agendada para o final do mês de novembro, permanece inalterada.

Em seguida, a primeira pauta abordada pelo presidente foi o PNAE que, enfatizou a necessidade de cumprir o programa, já que a verba vem do Governo Federal todos os anos e que, infelizmente, este ano de 2024, embora inúmeras tentativas do Conselho Municipal de Agricultura em cobrar a execução e nos colocar à disposição, a Secretaria de Educação frustrou a nossa expectativa ao não executar o programa (PNAE).

O próximo assunto relacionado pela presidência foi a questão das estradas rurais, que no momento, o atendimento às demandas estão sendo realizadas pela Secretaria de Serviços Públicos Urbanos e Rurais - SMSPUR, mas que na próxima gestão, poderá ser retornada para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Pedindo a palavra, o membro suplente, representante da SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Cassio Nogueira, falou sobre a justificativa da prefeitura em ano anterior, quando era funcionário da prefeitura, que a divisão das estradas rurais seria melhor gerida no SMSPUR, pois havia mais estrutura de máquinas e pessoal para desempenhar o serviço. O presidente retomando a palavra enfatizou que o argumento utilizado para transferência das máquinas e pessoal para a SMSPUR foi exatamente de ter mais estrutura, mas a execução não aconteceu. Ainda falando sobre as manutenções das estradas municipais, enfatizou a importância das usinas de açúcar e álcool na manutenção das estradas, mas que, ao longo do tempo, as usinas estão sendo alvo de críticas dos produtores rurais, devido a nova maneira de utilização do solo, que deixou as curvas de nível para melhor evolução da colheita mecanizada e, que desse modo, promove um fluxo maior de águas nos leitos das estradas provocando erosão e assoreamento nos cursos d'água. Em seguida, com a palavra, Waldinei Pastre, membro, representante da SAA, falou que embora exista a parceria e o bom relacionamento com as usinas, o contato entre as partes já foi melhor desempenhada em anos anteriores, visto que, neste ano, devido a inúmeras reclamações dos produtores, quanto ao lançamento de águas nas estradas, as duas usinas foram oficializadas para participarem da reunião do Conselho de Agricultura, mas nenhuma compareceu. Acrescentou dizendo que é compreensível, já que para manter as estradas há dispêndio de valores que hoje são escassos, e, desse modo, tanto a prefeitura quanto as usinas diminuíram os investimentos nas manutenções das estradas. Em seguida, o membro da ACIA, Sr. Luiz Carlos da Silva, falou sobre a

necessidade de capacitar os operadores das máquinas para o desempenho das atividades de manutenção das estradas e, que o município tem os mecanismos para dispor dessa capacitação, visto que, há oportunidade de realizar uma parceria com as usinas para aprimorar as técnicas de manutenções, já que os operadores das usinas são especializados para este fim. Então, continuou, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente poderia alinhar com as usinas sobre a possibilidade de serem parceiras nesta questão de capacitação dos seus funcionários, já que as partes envolvidas seriam beneficiadas com tal ação. Após, a Sr. Suely Elizabeth Zuntini, representante do Sindicato Rural de Araras lembrou a todos que existe a possibilidade de capacitar os operadores da prefeitura através dos cursos oferecidos pelo sindicato em parceria como Senar que, muitas vezes, foi o meio utilizado para a capacitação dos profissionais das usinas de açúcar e álcool de Araras. Em seguida, Cassio Nogueira, falou sobre a necessidade de planejamento para a execução das atividades de manutenção das estradas, que hoje, é usual a prática na prefeitura de somente atuar na hora da emergência, utilizando o ditado "apagar fogo" e, conseqüentemente, não conseguiu a eficiência necessária para as manutenções, acrescentou ainda que, o planejamento envolve a estruturação do departamento que faz a manutenção das estradas, passando pelos equipamentos, máquinas e pessoal capacitado. Em seguida, o presidente falou que as questões das estradas rurais, além do PNAE são as demandas mais destacadas dentro do Departamento de Agricultura.

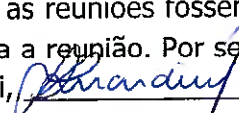
Em seguida, a pauta abordada pelo presidente foi a tramitação do projeto de lei do PAAM – Programa de Aquisição de Alimentos Municipal que está em vias de aprovação pela câmara, enfatizando a importância do programa que reserva 5% do orçamento da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura para aplicação no PAAM e, vem para atender as entidades filantrópicas e famílias carentes do município, além do fomento à agricultura local. Com a palavra, o membro representante da COOPAF, Sr. Jose Silvío Guida, salientou a necessidade do PAAM para estabelecer a perenidade do escoamento da produção, uma vez que, a produção no campo não pode parar, pois é a renda do produtor rural, que muitas vezes, não conseguiu escoar sua produção perdendo mercadoria no campo e prejuízos devido ao investimento realizado.

Após, o membro, representante da SAA, Sr. Waldinei Pastre, pediu a palavra para falar sobre a reunião técnica informativa, ocorrida no município de Artur Nogueira, em 22/10/2024, e que estavam presentes o representante do IBAMA, órgão responsável pelo licenciamento ambiental federal, COQUEIROS TRANSMISSORA DE ENERGIA, para explicar sobre o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Marimbondo 2 – Campinas C1 CS, por meio do processo IBAMA nº 02001.043101/2023-95, empreendimento previsto para ser instalado no município mineiro de Fronteira e nos municípios paulistas de Icém, Altair, Olímpia, Severínia, Cajobi, Paraíso, Pirangi, Vista Alegre do Alto, Monte Alto, Taquaritinga, Santa Ernestina, Dobrada, Motuca, Rincão, Santa Lúcia, Américo Brasiliense, São Carlos, Descalvado, Analândia, Santa Cruz da Conceição, Leme, Corumbataí, Araras, Conchal, Artur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Jaguariúna, Engenheiro Coelho, Paulínia e Campinas. Desse modo, na ocasião, Waldinei Pastre, presente na referida reunião, sugeriu que a linha de transmissão no município de Araras, percorra paralela e contígua as linhas já existentes no Município, gerando menor impacto as áreas percorridas pela Linha de Transmissão (LT) 500



kV Marimbondo 2 – Campinas C1 CS. Continuou argumentando, que, desse modo, não seriam afetadas novas propriedades rurais pelo traçado desta linha de transmissão, além do fator de produção de alimentos, pois as linhas pré-existentis vêm sendo cultivadas por cereais, nos locais onde existe essa possibilidade, conseqüentemente, agregaria uma área maior de produção, quando as linhas são paralelas e contíguas. Desse modo, os membros presentes se manifestaram acordo com a proposta sugerida pelo Waldinei Pastre, e ficou decidido que, em nome do Conselho de Agricultura, a proposição será enviado ao IBAMA.

Em seguida, Natalia Amaral Ambrosio, veterinária do Serviço de Inspeção Municipal – SIM da Secretaria e Meio Ambiente e Agricultura e, membro do Conselho de Agricultura, pediu a palavra para falar sobre proposta de revogação do decreto que regulamenta os artigos 22 e 23 da Lei Complementar de 07 de Janeiro de 2021 que Dispõe sobre a instituição do Código de Postura do Município de Araras, tendo em vista que o decreto vigente – nº. 6.946 de 11 de novembro de 2021 apresenta dispositivos em desacordo com a legislação federal, uma vez que, permite a comercialização de produtos de origem animal sem informações de procedência, além de não garantir a segurança dos alimentos. Desse modo, apresentou aos membros a nova minuta do decreto que contempla ainda a rastreabilidade vegetal, de acordo com a Instrução Normativa conjunta MAPA e ANVISA nº. 02 de 07 de fevereiro de 2018 e, adicionado ao decreto, a classificação dos feirantes de acordo com os produtos comercializados, incluindo os produtos artesanais. Ademais, o novo decreto estabelece que os recursos oriundos de taxas, multas, penalidades e demais encargos deverão ser destinados ao Fundo Municipal de Agricultura, e, semestralmente, a Secretaria Municipal responsável pela administração da feira, deverá apresentar ao Conselho Municipal de Agricultura, Relatório Informativo, conforme artigo 52. Desse modo, como a minuta estava disponível aos membros do Conselho de Agricultura desde 23/09/2024 incluiu-se na pauta da presente reunião a votação a nova proposta do decreto citado acima. E por não haver nenhuma objeção pelos membros do Conselho de Agricultura, encaminha-se neste dia, para a Secretaria Municipal de Justiça.

E não havendo mais assuntos a tratar, às 15h40, o presidente agradeceu a presença de todos, e marcou a próxima reunião para o mês de Novembro, dia 28, cumprindo o estabelecido no início da gestão atual, quando decidiu-se que as reuniões fossem realizadas a cada 2 meses, iniciando pelo mês de Janeiro e, declarou encerrada a reunião. Por ser a expressão da verdade e não tendo mais nada a relatar, eu, Fabiana Guirardini, , Secretária Executiva conforme art. 5º do Regimento Interino, lavro e providencio a impressão da presente ATA, que após leitura e aprovação vai assinada pelo presidente acompanhada da lista de todos os membros presentes na reunião.


Rodolfo Bergamin
Presidente

